

# Ismarth poderá continuar na direção da Funai

ESP-26.11.78

ELIANA LUCENA  
Da sucursal de BRASÍLIA

**S**e for cumprida a promessa feita pelo presidente eleito João Baptista Figueiredo a Orlando Villas Boas, quando os dois conversaram no hotel Aracora, em Brasília, sobre os caminhos da política indigenista do governo o general Ismarth de Araujo Oliveira deverá permanecer à frente da Funai. Elogiado por alguns indigenistas, como Orlando Villas Boas, que o vê apenas "mal assessorado", criticado por outros, como o padre Antônio Iasi, que o conceitua "como um hábil manipulador de pessoas", e indicado pelos índios "como o menos ruim", para continuar à frente da Funai o general Ismarth aceitará o convite, caso seja reconduzido ao cargo, como uma missão, já que para ele, a questão indígena é vista como uma causa justa.

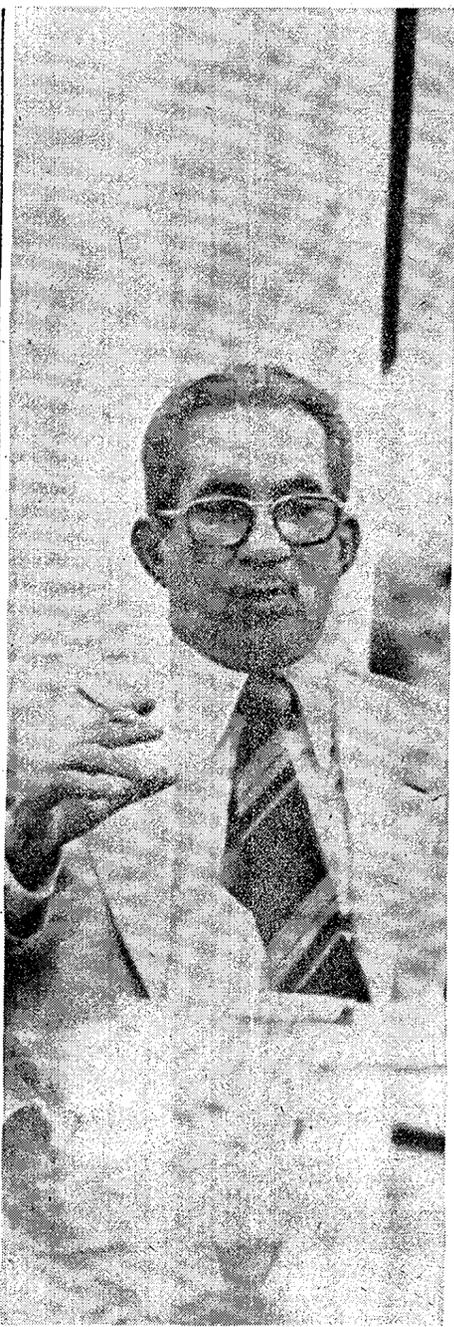
Orlando Villas Boas ao ser sondado por Figueiredo quanto aos nomes mais indicados para a direção da Funai apontou o do general Ismarth, segundo ele próprio contou, porque acha que o atual presidente está travando uma luta em defesa das terras indígenas só comparável ao trabalho do Marechal Rondon, no passado. Mesmo considerando o mal assessoramento do general, uma opinião quase unânime no meio indigenista, Villas Boas acha que o índio, cada vez que assume um novo presidente da Funai paga um alto tributo, até que o dirigente consiga integrar-se definitivamente na questão indígena.

O próprio Ismarth confessou que, ao chegar à Funai, em 1971 "não entendia nada de índio", o mesmo acontecendo com o seu antecessor, general Bandeira de Mello, e outros dirigentes que passaram pela Funai. Ao contrário de Orlando Villas Boas, o missionário Antônio Iasi, que foi proibido de entrar nas áreas indígenas, por Ismarth, faz restrições pesadas contra o General e não defende a sua permanência à frente da Funai, preferindo o nome do antropólogo Olímpio Serra, que esta semana foi afastado da direção do Parque Nacional do Xingu. "Uma pessoa que sempre procura agradar a gregos e troianos — afirma Iasi — só pode ser realmente contraditória, especialmente o general Ismarth, que conseguiu manipular as pessoas de forma muito hábil, mas que também foi manipulado. Ele conviveu tranquilamente com os nomes mais condenados no meio indigenista, como o general Bandeira de Mello, o general Demócrito de Oliveira, o general Clodomiro Flores, Francêlisio Vander Brook, ao mesmo tempo que estendeu a mão para os irmãos Villas Boas, Chico e Apoena Meirelles e a alguns dos poucos bons diretores de Departamento que passaram pela Funai".

"Para mim — continua — um homem que ocupou os cargos de coordenador da Amazônia, superintendente da Funai e presidente do órgão, e nesse último cargo não conseguiu fazer com que os seus assessores trabalhassem em harmonia, não parece ser uma pessoa com uma habilidade real. Durante a sua gestão os problemas continuaram, mas ele sempre conseguiu sair aparentemente ileso das diversas crises apresentando soluções paliativas que nunca possibilitaram a realização de uma limpeza necessária dentro da Funai."

Entre os antropólogos da Funai e de diversas universidades há um consenso diferente em torno da figura do general. Apesar das falhas existentes e do patente mal assessoramento do presidente, especialistas defendem a sua permanência na Funai com receio da nomeação de uma pessoa totalmente insensível à problemática indígena já que o general Figueiredo, até agora, deixou como uma incógnita quais serão as bases da política indigenista em seu governo.

O sertanista Apoena Meirelles, agora nomeado para o Parque Nacional do Xingu, também apoia Ismarth na Funai, mas ressalta a necessidade de uma reestruturação do órgão, com alterações em sua estrutura e no quadro pessoal.



Ismarth: faltam recursos para demarcação de terras

## Os vícios herdados

O presidente da Funai, chegou a esse posto depois de ter passado, logo após a transferência para a reserva no Exército — pela Entel — Empresa de Telecomunicações — e pela chefia do Setor de Segurança e Informações da Estrada de Ferro Central do Brasil. Em dezembro de 1971 foi convidado pelo então presidente da Funai, general Bandeira de Mello, para integrar os quadros da Funai tendo ocupado, sucessivamente, os cargos de assessor adjunto na Assessoria Técnica, dirigente da Coordenação da Amazônia e superintendente da Funai.

Ismarth, depois dos desastrosos contatos do general Bandeira com a imprensa, com seus principais funcionários de sua patente, além da inabilidade e insensibilidade com que tratava dos problemas indígenas, foi aos poucos assumindo as rédeas da Funai. Nomeado para a presidência em 74, o general Ismarth herdou praticamente todos os vícios da antiga Funai e fez poucas mudanças na lista de seus principais assessores.

Embora tenha continuado atuando dentro da estrutura existente, Ismarth deu grande impulso a demarcação de áreas indígenas, embora não tenha conseguido demarcar todas, como estabelecia o Estatuto do Índio. Enfrentou, e continua enfrentando, crises internas.

**P.** Quando o senhor assumiu a presidência da Funai, ainda eram frequentes as acusações feitas no Exterior de prática de genocídio pelo governo brasileiro contra os índios. Quase cinco anos depois, o senhor acha que esta imagem mudou? A aprovação do decreto da emancipação não poderá gerar novamente uma nova fase de acusações?

**R.** Realmente, ao ser indicado para dirigir a Funai a tónica dos artigos publicados pela imprensa internacional ainda estava voltada para a questão da prática de genocídio no Brasil. Talvez pelos fatos que ocorreram anteriormente, como o esvaziamento de uma índia Cinta-Larga em Rondônia e a matança de índios desse mesmo grupo, envenenados com arsênico misturado no açúcar. Mas isso não pode ser considerado como genocídio, que se caracteriza como uma matança organizada com o beneplácito do próprio governo, o que na verdade não ocorreu. Hoje em dia, com uma mudança de atitude da própria Funai, que abriu as suas portas, e com auxílio da imprensa nacional esta imagem está mudando. Acho que o projeto de emancipação, dada a sua repercussão negativa no meio indigenista, amplamente divulgada pela imprensa nacional, sem dúvida contribuirá novamente para alterar o nosso conceito no Exterior. Temos inclusive recebido muitas cartas do Brasil e do Exterior manifestando preocupação sobre a questão da emancipação. No entanto, com a recente publicação do projeto muitos pessoas sentiram que ele, na verdade, não visa a emancipação a curto prazo das comunidades indígenas.

**P.** Sabemos que a iniciativa de regulamentar o Estatuto da parte referente à emancipação não partir do senhor. Numa escala de iniciativas prioritárias para o aperfeiçoamento da política indigenista brasileira, o senhor colocaria o projeto da emancipação em que lugar?

**R.** O projeto que está nas mãos do presidente da República em vários de seus artigos não trata de questões prioritárias, como a própria emancipação, em si. Mas, o principal objetivo desse projeto, na verdade, não está ligado diretamente à questão da perda da tutela, mas sim à adoção de uma série de medidas que possibilitem à Funai ter maior apoio de outros órgãos de governo. O projeto não apresenta prazos para a emancipação de comunidades indígenas, talvez daí a posição que

## "Emancipação não será imediata"

vem sendo manifestada pelos indigenistas sobre a inoportunidade do projeto. Eles devem se perguntar: se não há qualquer comunidade em condições de ser emancipada, então para que um projeto? Mas, na minha opinião, o projeto se justifica pela sua primeira parte, quando ele trata de dinamizar a ação da Funai.

**P.** O senhor está chegando ao final de sua administração sem ter conseguido demarcar todas as terras indígenas, conforme estabelecia o Estatuto do Índio. Por que não foi possível demarcá-las a tempo já que a corrida para a Amazônia ameaça cada vez mais estas comunidades?

**R.** Em primeiro lugar, eu ainda não consegui chegar a uma conclusão sobre o porquê de um prazo de cinco anos. Esse prazo estaria certo se já tivesse sido realizado um trabalho completo sobre todas as áreas a serem demarcadas, e uma estimativa de quanto iria custar esse trabalho e uma perspectiva de recursos financeiros. Eu não sei com que base aqueles que elaboraram o Estatuto chegaram à conclusão da viabilidade do prazo de cinco anos. A demarcação é um trabalho muito caro, bastando citar o Parque do Xingu, que exigirá a aplicação de Cr\$ 16.000.000,00 para a realização desse trabalho. Evidentemente, não vamos conseguir demarcar até março todas as áreas indígenas, pois os recursos que recebemos do governo são insuficientes. Devido a essa dificuldade, estamos demarcando as áreas indígenas que estão sofrendo mais diretamente a ameaça de invasões, deixando as outras ainda isoladas, como as do Rio Negro e Javari, para depois.

**P.** Uma das críticas mais frequentes à Funai continua sendo a existência do Departamento Geral do Patrimônio Indígena, acusado de espoliar o patrimônio indígena, explorando reservas madeireiras e projetos agrícolas em todo o País. O dinheiro obtido nesses projetos, de acordo com as acusações, não tem retornado para o Índio.

**R.** Na minha opinião, o que ainda sobrevive é uma imagem negativa trazida do passado. Reconheço que, efetivamente, os índios nada lucravam com a exploração do seu patrimônio. Mas, desde que criamos aqui, em 1975, um Fundo Especial para a aplicação desses recursos, o PRODEC, o Índio deixou de ser espoliado. Estamos revertendo para estas comunidades os resultados obtidos nos diversos projetos. Em 1978, por

exemplo, estamos aplicando cerca de 11 milhões de cruzeiros em projetos para os índios, com recursos do PRODEC. No futuro, vamos transferir todos esses recursos para o Departamento Geral de Operações que procurará capacitar o Índio para que ele próprio venha assumir a direção desses projetos.

**P.** O senhor tem sempre frisado que é importante a existência de outros olhos, além dos da Funai, para acompanhar o problema indígena. Nesse caso como o senhor vê o Conselho Indigenista, cujos integrantes continuam proibidos de visitar as áreas indígenas?

**R.** Quando assumi a direção da Funai a minha intenção era de acabar com estes atritos, e inicialmente foi possível um entendimento com os seus integrantes. Mas, depois que assumiu a nova diretoria, liderada por D. Thomas Balduino, críticas infundadas e sem maior profundidade começaram a ser feitas contra a Funai tornando impossível a realização de um trabalho conjunto.

**P.** E a proibição da entrada dos missionários nas áreas da Funai?

**R.** Eles foram realmente proibidos por causa da própria conduta deles. Os membros do Cimi precisam sentir que a Funai é um órgão do segundo escalão do governo e por isso mesmo tem que observar a parte ética, não podendo aceitar que um integrante desse Conselho critique violentamente não só o ministro do Interior, mas outros ministros de Estado, que foram atacados pejorativamente pelos seus integrantes. Pessoalmente, não tenho o que criticar do Cimi, mas como presidente da Funai tenho responsabilidade diante do governo.

**P.** Alguns missionários disseram recentemente que o senhor, apesar da aparente capa de boa administração, foi um presidente da Funai pior do que o general Bandeira de Mello. O seu único mérito teria sido o de ter maior habilidade política para conseguir com que os erros da Funai não aparecessem tanto como na administração de Bandeira de Mello.

**R.** Os meus atos são públicos e realizados sem subterfúgios. Nunca houve segundas intenções nos meus atos. Respeito o que o Cimi pense desse modo, embora de forma alguma concorde com essa opinião.

**P.** A Funai também tem sido alvo de acusações, envolvendo funcionários e ex-funcionários na venda ilegal de terras indígenas, como ocorreu com a Reserva Xavante de Pimentel Barbosa

e no Xingu, onde funcionários do órgão foram acusados de tentar, através de um advogado, receber dinheiro de um fazendeiro que tinha terras dentro do Parque Indígena.

**R.** Todos os fatos que chegam ao meu conhecimento tem sido apurados, até aqueles divulgados pela imprensa. No caso de Pimentel Barbosa solicitei ao ministro do Interior que abrisse um inquérito e me considerei co-responsável por ter encaminhado ao ministro um projeto de alteração da reserva, que prejudicou o Índio. Aprovei o projeto seguindo a recomendação de um grupo de trabalho especial que propunha o desmembramento de parte da reserva, pois ali passaria uma rodovia. Posteriormente, soube que nenhuma estrada passaria por ali, daí a minha iniciativa em pedir a abertura do inquérito. Quanto ao Xingu, não existe uma gravação em que um servidor da Funai esteja fazendo qualquer oferta a um proprietário de terras para não prejudicar sua fazenda no trabalho de delimitação do parque. O que existiu foi a gravação do fazendeiro com um advogado que

pedia dinheiro para deixar a fazenda fora dos limites. Este dinheiro seria rateado com funcionários da Funai. Pedimos a abertura de um inquérito à Polícia Federal, mas ele ainda não foi concluído.

**P.** Nas questões de terra, a Funai, até hoje, teve que brigar quase sempre com posseiros e outros pequenos invasores. O senhor agora está anunciando a demarcação das terras dos índios Nhamikwara, no Mato Grosso, que atingirá várias das dezesseis agropecuárias existentes, atitude que atingirá até o filho do ex-ministro Costa Cavalcanti, que teria interesse na área. A Funai ganhará essa luta?

**R.** A Funai nessas questões de terras não briga apenas nas áreas ocupadas por pequenos proprietários. Não tememos grandes nomes. No caso dos Nhamikwara não sei com quem a Funai poderá vir a ter atritos. Não pretendemos olhar os fazendeiros que serão atingidos. Nossos compromissos são com o Índio e quando caracterizarmos qualquer área como seu habitat natural ele é demarcada e garantida para a comunidade indígena.

**P.** Quais os principais fatores que impedem a execução de uma política indigenista plena?

**R.** Um dos pontos fundamentais diz respeito a escassez de recursos, que não atendem a gama de necessidades exigidas pelo órgão. Estes recursos são básicos e a sua carência se reflete

te nos diversos setores, entre eles o de pessoal especializado. A Funai está com 51 claros de técnicos indigenistas, 196 vagas no corpo de auxiliares de ensino e 105 claros para atendentes de enfermagem. Com esse quadro, é claro que o Índio não pode estar sendo bem atendido em diversas áreas. O governo agora pretende dar maior atenção à Funai, pois ela sozinho não poderá resolver muita coisa. Ela precisa do apoio dos governos Federal, estadual e municipal.

**P.** A vinculação da Funai ao Ministério do Interior, apontada como um dos maiores entraves para a boa execução de seu trabalho, já que se trata de um Ministério basicamente desenvolvimentista, não seria outro problema?

**R.** É preciso sentir que o Ministério do Interior pouco interfere nas atividades da Funai, que tem autonomia para executar o seu trabalho. Nosso problema básico é a falta de recursos, por isso, não sei se ela ficaria melhor em outro Ministério. Inclusive agora já nos foi garantida uma verba de mais de 500 milhões para o próximo ano, fato que deverá acelerar a execução dos nossos principais programas.

**P.** Voltando ao problema da emancipação, o senhor acha que a curto prazo existe alguma comunidade indígena em condições de ser emancipada?

**R.** No meu ponto de vista nenhum grupo indígena está em condições de perder a tutela a curto prazo. Não há prazo nem se pode fixar prazos.

**P.** Muitos indigenistas temem que estes índios venham a se integrar na comunidade nacional na mesma situação do homem do campo: uma vida precária, que inevitavelmente o levará, no futuro, a integrar os grandes contingentes populacionais que se deslocam do campo para a periferia das grandes cidades.

**R.** Na minha opinião, o Estatuto do Índio é ainda muito vago quando trata da emancipação, não deixando claro quando o Índio realmente estará em condições de ser emancipado, integrando-se na comunidade nacional. No entanto, posso garantir que de forma alguma nós, na Funai, queremos que o Índio no futuro se transforme num "bóia-fria". Queremos, isso sim, que ele se integre em igualdade de condições com o restante dos brasileiros que vivem com dignidade, evitando que essas comunidades venham a ser violentadas. Ainda sobre a questão da emancipação, quero deixar claro que não há qualquer intenção por parte do governo de promover uma integração prematura. Além do mais, quando ela ocorrer a Funai não vai abandonar o Índio e isso precisa ficar bem claro. Não continuaremos com a função de tutor, mas todo apoio será dado ao Índio, respeitando a sua autodeterminação.